



CF

## ATA N.º 6

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, sob a presidência de Alexandre José Raimundo Carvalheiro e secretariada por Cristina Isabel Correia Franco da Silva e Helena Márcia Saraiva, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Armção de Pêra, no Edifício da Junta de Freguesia, sito na Rua Bartolomeu Dias, em Armção de Pêra, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período de audiência ao público -----
2. Período antes da ordem do dia -----
3. Período da ordem do dia: -----
  - 3.1. Informação sobre atividades desenvolvidas pela Freguesia de outubro a dezembro de 2022; -----
  - 3.2. Informação de Execução Orçamental de janeiro a novembro de 2022; -----
  - 3.3. Análise e deliberação da Proposta de orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023; -----
  - 3.4. Análise e deliberação da Proposta de Mapa de Pessoal da Freguesia de Armção de Pera para 2023; -----
  - 3.5. Análise e deliberação da Autorização Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais; -----
  - 3.6. Análise e deliberação do Programa de Apoio às Instituições da Freguesia de Armção de Pera (PAIFAP) para 2023; -----
  - 3.7. Ratificação da Proposta de adesão ao Protocolo de Colaboração celebrado entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental; -----
  - 3.8. Questões a colocar pelos membros da Assembleia de Freguesia ao executivo da Junta de Freguesia. -----

**Membros Presentes na Sessão:** Alexandre José Raimundo Carvalheiro, Cristina Isabel Correia Franco da Silva, Mariana Costa Reis Marques, André Filipe Nunes Rodrigues, Helena Márcia Saraiva, Ramiro Feliz, Alice Maria Estevão dos Santos, Francisco Alberto e Sónia Oliveira. -----

Não compareceu por motivos de doença, o Presidente da Assembleia de Freguesia, Sérgio Manuel de Matos Candeias, tendo a sua falta sido devidamente justificada. -----

Pela Junta de Freguesia estiveram presentes, o Presidente, Ricardo Jorge dos Santos Pinto, a Secretária, Maria Margareta Morais Cardoso Batista Soares Vieira da Silva, e o Tesoureiro, Bruno Miguel Alves. -----

Verificada a legitimidade da convocatória e a presença de quórum legal de funcionamento, o Presidente da Mesa, em exercício, deu início à sessão às vinte e uma horas e trinta e sete minutos. -----



---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

----- **1. Período de Audiência ao Público:** O Presidente da Assembleia questionou se alguém entre o público presente pretendia intervir na sessão, registando-se a participação de Manuel João Prudêncio que inicia dizendo que lhe chegou às mãos uma petição para a construção de um Núcleo Museológico do Mar no edifício da antiga GNR, dentro da fortaleza de Armção de Pera. -----

Afirma que não assinou o referido documento, nem o deu a conhecer aos pescadores, porque já tinha abordado o executivo municipal sobre esse assunto e não considerou correto andar com abaixo-assinados, embora ele próprio seja favorável à construção do referido núcleo museológico naquele edifício. Questionou então o executivo da Junta de Freguesia sobre a sua opinião daquele assunto, e ainda se já desenvolveu algumas conversações com os Agrupamento de Escuteiros e com a Câmara Municipal de Silves no sentido de procurar uma outra solução para a sede desta associação. -----

Noutro assunto, enquanto representante da Associação de Pescadores de Armção de Pêra, foi-lhe dito que através da criação da área protegida da Pedra do Valado, iriam ser atribuídas compensações económicas aos pescadores, mas que até ao momento ainda não tinha recebido nada. -----

Não existindo mais intervenções, foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia para responder às questões colocadas pelo público. -----

O Presidente da Junta, Ricardo Pinto, quanto ao Parque Natural Marinho da Pedra do Valado, explicou que este processo teve início quando um grupo de 5 entidades se uniu para dar a conhecer o tesouro submerso que existe ao largo da Baía de Armção de Pêra, que na realidade os pescadores já conheciam há muito tempo. Este grupo de entidades autodenominou-se de “grupo dinamizador” do projeto da AMPIC – Área Marinha Protegida de Armção de Pêra, era constituído pela Fundação Oceano Azul, Universidade do Algarve (CCMAR), Município de Silves, Junta de Freguesia de Armção de Pera e Associação de Pescadores de Armção de Pêra. Partindo do valor inquestionável do estudo científico desenvolvido pelo CCMAR, foram convidadas diversas entidades oficiais locais regionais e várias associações e empresas com interesses nesta zona da nossa costa. Durante cerca de 2 anos foi desenvolvido um processo participativo de natureza representativa, isto é, em que os representantes das várias entidades envolvidas deram contributos ao longo do desenvolvimento do processo. Posteriormente, foi entregue ao Governo um dossier com uma proposta que reuniu contributos, necessidades e aspirações das várias entidades que participaram no processo de criação deste Parque Natural Marinho. Deste dossier fez parte a uma proposta de atribuição de medidas compensatórias aos pescadores, que naturalmente terá de ser o Governo de Portugal a decidir sobre as mesmas. Disse ainda que o processo está neste momento nas mãos do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, por ser este organismo que possui competências para apresentar ao governo uma proposta de criação de Parques Naturais Marinhos, sendo que neste caso o trabalho necessário e tendente



cf

---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

a esse objetivo já se encontra praticamente concluído. Referiu ainda que, com o desenvolvimento deste processo, sobretudo a partir do momento em que os município de Albufeira e Lagoa se aperceberam da importância e da oportunidade do mesmo para os seus territórios, a Junta de Freguesia foi perdendo a influência que tinha tido numa fase inicial, algo que considerou natural e normal atendendo a que o processo assumiu uma importância regional, e até nacional, cabendo, a partir desse momento a outras entidades assumir a liderança deste processo e as rédeas da sua discussão. A terminar, confidencia que se sente orgulhoso pelo papel assumido pela Junta de Freguesia neste processo, que considerou ser mais decisivo na sua fase inicial e que agora era altura de, com humildade, reconhecer que outras entidades estão mais capacitadas a dar seguimento ao processo. Por fim, mostrou-se muito agradado com o facto de ter sido possível chegar a um entendimento generalizado e alargado na sequência do processo participativo que foi ímpar e inovador, não tendo dúvidas que será uma questão de tempo até que o Parque Natural Marinho da Pedra do Valado, com a baía de Armção de Pêra na sua génese e epicentro, se torne uma realidade, com os naturais e importantes benefícios que daí resultarão para a freguesia, concelho e região. -----

Quanto às antigas instalações da GNR na Fortaleza, agora sede do Agrupamento de Escuteiros n.º 598, disse que não foi previamente informado dessa decisão tomada pelo executivo municipal e que a única informação que dispunha é que havia intenção de prever a adaptação daquele espaço para acolher um “Centro Interpretativo do Parque Natural Marinho da Pedra do Valado”. A este respeito acrescentou que numa Assembleia Municipal de Silves, realizada em SB Messines, questionou o executivo municipal se tinha obtido autorização da tutela para instalar a sede dos escuteiros na atual localização ou sobre o destino que pretende vir a dar àquelas instalações no futuro, não tendo ficado devidamente esclarecido na resposta que obteve. Adiantou que na sua opinião, a Fortaleza deveria acolher um Núcleo Museológico do Mar que honre e homenageie a génese de Armção de Pêra e os seus principais intervenientes – os pescadores. Quanto ao facto destas instalações estarem, atualmente, atribuídas ao agrupamento de escuteiros para que ali tenha a sua sede social, estando as mesmas ao serviço da comunidade, considerou que este é um assunto que seja tema. Quando se identificar uma outra eventual alternativa para que os escuteiros possam ter a sua sede, processo que o executivo da junta está disponível para ajudar, é que pode ser percorrido o caminho no sentido de vir a ser dado um uso diferente àquelas instalações onde os escuteiros estão muito bem. -----

Quanto ao processo judicial em curso, relativo à Praia dos Pescadores, o Presidente da Junta afirmou que a justiça tem o seu espaço e tempo e que isso deverá ser respeitado por todos. Disse ainda que vivemos num estado de direito em que a justiça goza dos poderes consagrados na lei e que, independentemente de se concordar ou não, a política não pode nem deve imiscuir-se no trabalho que cabe à justiça realizar. Disse ainda que a Junta de Freguesia, no âmbito deste processo, como em tantos outros, quando for,



CE

---

---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

---

---

eventualmente, chamada a participar não deixará de fazer. Terminou a dizer: “À justiça o que é da justiça e à política o que é da política” e que “demore o tempo que demorar a justiça será feita”. -----

**2. Período Antes da Ordem do Dia:** O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, consultando a assembleia para receber inscrições à participação dos mesmos. Não havendo qualquer inscrição por parte dos membros da assembleia para intervenções, o Presidente prosseguiu para a votação da aprovação da ata n.º 4, que foi discutida previamente. -----  
A ata n.º 4 foi aprovada com 5 votos a favor (4 PSD e 1 PS) e 2 votos contra (CDU). -----

Após a aprovação da ata, o Presidente da Junta de Freguesia, Ricardo Pinto, pediu a palavra para apresentar uma nota de pesar em homenagem a Abílio Ribeiro, uma figura importante para a comunidade de Armção de Pêra. Ricardo Pinto sublinhou a dedicação e o impacto positivo que Abílio Ribeiro teve na freguesia, destacando o seu contributo para o desenvolvimento local e o apoio às várias atividades comunitárias. A nota de pesar foi acompanhada por uma mensagem de condolências à família e amigos, expressando o reconhecimento da Assembleia pelo seu trabalho em prol da comunidade. -----

----- **3. Período da Ordem do Dia** -----

----- 3.1. Informação sobre atividades desenvolvidas pela Freguesia de outubro a dezembro de 2022:  
Depois de apresentadas as atividades desenvolvidas neste período, o Presidente da Junta, Ricardo Pinto, destacou a importância do trabalho realizado na área cultural, com destaque para a Animação de Verão, que atraiu centenas de visitantes à freguesia e contribuiu para dinamizar o comércio local. Eventos como os arraiais de verão, noites de fado e as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes e dos Aflitos foram mencionados como exemplos de sucesso, afirmando e consolidando Armção de Pêra como um ponto de referência no turismo cultural e recreativo da região. -----

Contudo, foi na área da Limpeza e Higiene Urbana que o Presidente da Junta deu especial ênfase, destacando o esforço nesta área, que se intensificou após um verão particularmente exigente. Com o aumento significativo de visitantes durante os meses de verão, a gestão de resíduos e a manutenção da higiene nas zonas balneares e urbanas tornam-se uma prioridade. Foram realizadas diversas operações de limpeza, tanto nas praias como nas zonas urbanas, incluindo a recolha de monos e resíduos volumosos. Ricardo Pinto referiu ainda que a freguesia reforçou as suas equipas de limpeza e a frequência das operações para garantir que a vila se apresentava mais limpa e segura para residentes e visitantes. -----



cf

---

---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

---

Após esta intervenção, o membro Francisco Alberto (CDU) solicitou a palavra para questionar o executivo sobre o local indicado para o depósito de sucata, mencionando a preocupação com sucateiros que têm despejado estes lixos em terrenos particulares. Também a membro Mariana Marques (PSD) questionou o executivo sobre a possibilidade da construção de um centro de compostagem. -----

Em resposta, Ricardo Pinto recordou que, antigamente, o depósito de monos e sucatas era feito junto à entrada poente do cemitério, tendo sido transferido para antiga ETAR de Pêra, embora este local não reúna os requisitos para se assumir como um ecocentro. O Presidente informou que a o Município de Silves já está a instalar vários pontos de recolhas de resíduos para compostagem, sendo do seu conhecimento que a Urbanização Quinta dos Arcos foi o local escolhido. A terminar valorizou esta e outras iniciativas do Município de Silves na área ambiental. Quanto ao facto de algumas pessoas fazerem o depósito de lixo em terrenos particulares deixou claro que devem ser denunciadas sempre que possível, dando nota que é isso que a Junta de Freguesia faz com todas as situações de que tem conhecimento. -----

----- 3.2. Informação de Execução Orçamental de janeiro a novembro de 2022: Após a apresentação deste ponto pelo Presidente da Junta, a membro Sónia (CDU) questionou sobre a situação do ataque informático de que a Junta foi alvo. O Presidente, Ricardo Pinto, esclareceu que, durante o ataque, foram retirados quase 10.000€ da conta bancária da Junta de Freguesia na Caixa Geral de Depósitos. Desde o início, o executivo tomou todas as medidas necessárias para lidar com a situação, apresentando queixa formal tanto à entidade bancária como à GNR, que deu sequência à investigação, sendo que ele próprio e o Tesoureiro, Bruno Alves, já foram ouvidos na Polícia Judiciária de Portimão, estando o assunto a ser tratado pelas autoridades. O Presidente reforçou que a responsabilidade pela segurança das contas bancárias cabe às entidades bancárias, que devem garantir sistemas de segurança robustos para prevenir este tipo de ataques. A Junta de Freguesia cumpriu todos os procedimentos legais e aguarda a conclusão da análise por parte do banco para que o valor seja ressarcido. Ricardo Pinto sublinhou ainda que a Junta reforçou as suas medidas de segurança interna para evitar futuros incidentes. Além disso, o Presidente mencionou que este tipo de ataque não foi um caso isolado. Recentemente, várias freguesias e autarquias a norte do país, como Gondomar, Odemira e Oliveira do Hospital, também foram alvo de ciberataques, demonstrando uma tendência crescente de ataques contra instituições públicas em Portugal. Infelizmente, Armção de Pêra foi uma das instituições afetadas por esta onda de cibercrimes, que tem vindo a atingir organizações em todo o país. A terminar disse que, este cenário reforça a necessidade de uma maior cooperação entre as autarquias e as entidades bancárias para melhorar a segurança digital e proteger os recursos públicos. -----



Handwritten initials and a blue checkmark.

---

---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

---

----- 3.3. Análise e deliberação da Proposta de orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023: Este ponto foi apresentado pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Bruno Miguel Alves, que destacou as principais prioridades financeiras e estratégicas da freguesia para o ano de 2023. O valor do orçamento proposto é de 779.275,00 €, refletindo um equilíbrio entre receitas e despesas, com o objetivo de garantir uma gestão sustentável dos recursos da freguesia. -----

Bruno Alves sublinhou que as receitas correntes estão projetadas em 743.150,00 €, compostas por impostos diretos, taxas, rendas de propriedades e transferências correntes, com destaque para as verbas provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) e a cobrança de toldos nas unidades balneares, que representam uma parcela significativa das receitas da freguesia. A previsão de receita de capital é de 36.125,00 €, principalmente associada à venda de terrenos e concessão de sepulturas no cemitério. -----

No que diz respeito às despesas, o orçamento destina 469.313,29 € para despesas com pessoal, refletindo o compromisso da Junta com a contratação de novos funcionários e a manutenção de remunerações certas e permanentes. Bruno Alves destacou também a alocação de 96.600,00 € para aquisição de bens e serviços, necessários para a manutenção da infraestrutura local, como a limpeza urbana, gestão de espaços públicos, e conservação de vias e cemitérios. -----

Entre as opções estratégicas do Plano para 2023, o tesoureiro sublinhou o investimento contínuo na limpeza das vias e espaços públicos, com um montante de 145.857,94 €, e a gestão e conservação de espaços verdes e jardins, com 58.343,18 € destinados a garantir a qualidade dos espaços de lazer. Essas áreas foram identificadas como cruciais para o bem-estar da população e a atração de turistas, especialmente durante a época de veraneio. -----

Além disso, foi mencionada a importância das atividades culturais, desportivas e sociais, com uma verba de 15.000,00 € alocada para apoiar eventos como o Carnaval Trapalhão, as festividades de verão e outros eventos comunitários que promovem a coesão social e a identidade local. -----

Após a apresentação detalhada das opções financeiras e estratégicas, foi aberto o período de discussão, durante o qual os membros da assembleia expressaram o seu apoio às iniciativas propostas. -----

Inscreveram-se para intervenção os membros Francisco Alberto e Sónia Oliveira (CDU) e Mariana Marques (PSD). Francisco Alberto (CDU) iniciou a sua intervenção perguntando se a nova embarcação prevista para a rotunda da lota será construída em madeira, expressando a sua preocupação com a manutenção das tradições locais. Em seguida, a membro Mariana Marques (PSD) questionou o executivo sobre o futuro parque de estacionamento nascente, nomeadamente quem será responsável pela gestão do mesmo e quais os planos a esse respeito. -----



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

A membro Sónia Oliveira (CDU), por sua vez, retomou a questão da praia, afirmando que tem acompanhado o processo desde o início. Mencionou que, em conversa com a Dr.ª Lisete Romão, vereadora não permanente da Câmara Municipal de Silves (CMS) à época, eleita pelo Partido Socialista, ficou claro que, se fosse aprovada a construção do campo de futebol na sua atual localização, a CMS deixaria de ter uma “moeda de troca”. Posteriormente, a empresa Praia da Cova conseguiu adquirir o terreno em questão, e a CMS informou que não tinha os recursos financeiros para exercer a prioridade de compra do mesmo. Afirmou ainda que o processo judicial não foi iniciado pelo município, mas pelo Ministério Público. -----

Para responder às questões levantadas, foi dada a palavra ao Presidente da Junta, Ricardo Pinto. Em relação à substituição do barco na rotunda da lota, o Presidente disse que isso continua a ser um objetivo do executivo a que preside, embora sujeito à existência de disponibilidade financeira para concretizar esse investimento. Quanto à opção que está a ser equacionada disse que já tem um orçamento de uma empresa de Quarteira e que já reuniu com essa empresa nas suas instalações. A solução identificada pressupõe a construção de um barco novo, respeitando os traços identitários dos barcos de pesca tradicionais de Armação de Pêra, embora utilizando materiais que não requeiram tanta manutenção e que sejam bem mais duradouros. -----

Já no que diz respeito ao futuro Parque de Estacionamento Nascente, Ricardo Pinto disse que sempre lhe foi transmitido pelo administrador da empresa Praia da Cova, proprietária do terreno do antigo “Campo das Gaivotas”, que era sua vontade que a gestão e exploração do referido estacionamento fosse continuasse a ser feita pelo Clube de Futebol “Os Armacenenses”, destinando-se as receitas daí resultantes a apoiar as suas atividades desportivas e culturais. Acrescentou que a empresa promotora do projeto Bayline, adjacente a este terreno, manifestou abertura para financiar a construção desta importante infraestrutura e que têm vindo a existir alguns contactos entre as duas empresas no sentido de caminharem na identificação de uma solução que permite viabilizar a obra, a qual só poderá ocorrer depois de ser obtido o necessário licenciamento municipal. A terminar disse, que a Junta de Freguesia tem acompanhado este processo com a proximidade que lhe tem sido permitida e acredita que, mais cedo ou mais tarde, se chegará a uma solução e que o Parque de Estacionamento será uma realidade que muito valorizará a zona nascente da vila de Armação de Pêra. -----

Após as intervenções e os esclarecimentos prestados, este ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado com 6 votos a favor (1 PS + 5 PSD) e 3 abstenções da bancada da CDU, não se registando votos contra. -----



cf  
B

---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

----- 3.4. Análise e deliberação da Proposta de Mapa de Pessoal da Freguesia de Armção de Pera para 2023: O ponto foi apresentado pelo Presidente da Junta, Ricardo Pinto, que destacou a necessidade de ajustar o quadro de pessoal da freguesia para o ano de 2023, de forma a garantir uma gestão eficaz das atividades e serviços prestados à comunidade. Com base no Mapa de Pessoal para 2023, explicou que, em função do aumento das responsabilidades e da procura pelos serviços da freguesia, principalmente durante a época balnear, é fundamental garantir que o número de postos de trabalho seja adequado às necessidades da freguesia, tendo por referencial os contratos celebrados com o Município de Silves, no que tange ao número de trabalhadores previstos para cada área de atuação. -----

Entrando mais em detalhe, acrescentou que o Mapa de Pessoal prevê um total de 20 postos de trabalho, dos quais 2 ainda estão por ocupar. O Presidente destacou a importância de reforçar as equipas operacionais, particularmente nas áreas de limpeza urbana, espaços verdes, e unidades balneares, setores que exigem um esforço adicional durante o verão devido ao aumento da população temporária e das atividades turísticas. Em especial, mencionou a contratação de 6 assistentes operacionais (nadadores-salvadores) para as unidades balneares, garantindo assim a segurança nas praias, em conformidade com a legislação aplicáveis e normas definidas pela Autoridade Marítima. -----

Além disso, referiu-se ainda à necessidade e oportunidade de contratar um Encarregado Operacional para coordenar as equipas que atuam nos serviços exteriores. -----

O Presidente sublinhou que este Mapa de Pessoal foi elaborado com base nas necessidades reais da freguesia e que a sua implementação contribuirá para melhorar a prestação de serviços à população, enquanto assegura o cumprimento das obrigações legais e normativas, ressaltando que nas áreas operacionais alvo de contratos com o Município de Silves, o número de trabalhadores previstos não são suficientes para que seja dada uma resposta condizente com as necessidades que se verificam durante a época balnear. -----

Dando início às intervenções dos membros da assembleia, a membro Sónia Oliveira (CDU) questionou a necessidade de um nadador-salvador extra em apenas duas das unidades balneares, levantando também preocupações sobre a utilização do areal em frente às unidades balneares para chapéus de sol privados. ----

O Presidente Ricardo Pinto, em resposta, destacou que o Mapa de Pessoal de 2023 prevê a contratação de 6 assistentes operacionais (nadadores-salvadores) com vínculo de trabalho público a termo resolutivo certo (CTFPRC), para assegurar a vigilância das unidades balneares e cumprir as normas da autoridade marítima. A este respeito esclareceu que o facto de a Junta de Freguesia apresentar um Plano Integrado de Salvamento, faz com que os vários concessionários abrangidos possam reduzir o número de nadadores-salvadores de 2 para 1 em várias concessões, sendo que no caso da Junta de Freguesia, apenas na UB 7 tem de manter 2,



---

---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

---

sendo que na UB 6 e UB 3, apenas necessita de ter 1 em permanência, motivo pelo qual o número de lugares previstos no Mapa de Pessoal responde às necessidades. -----

Sobre a utilização do areal em frente às concessões para chapéus de sol, o Presidente esclareceu que as dúvidas persistem porque não houve um esclarecimento cabal quanto a essa possibilidade e têm existido informações contraditórias, dando como exemplo que as placas informativas que estão devidamente licenciadas pela Autoridade Marítima Nacional, indicam que na zona frontal às áreas concessionadas não podem existir chapéus de sol, reservando essa possibilidade para as zonas limítrofes. Em todo o caso, diz que irá procurar esclarecer essa situação, se possível, numa reunião preparatória da época balnear que habitualmente tem com o Sr. Capitão de Porto de Portimão. -----

Quanto à questão levantada pelo membro Francisco Alberto (CDU) sobre a possibilidade de mobilizar funcionários municipais para reforçar as equipas da freguesia durante o verão, Ricardo Pinto explicou que isso foi uma prática já assumida no passado, mas que o atual executivo municipal nunca mostrou abertura quanto a essa possibilidade, pelo que se tem recorrido, na medida do possível, à contratação e serviços a empresas privadas como forma de reforçar a resposta da Junta de Freguesia nesta área. -----

Colocado à votação, foi este ponto aprovado com 8 votos a favor (4 PSD, 2 CDU e 1 PS), registando-se 1 abstenção (CDU). -----

----- **3.5. Análise e deliberação da Autorização Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais:** Foi dada a palavra ao Presidente da Junta, Ricardo Pinto, que explicou que a autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais é necessária para assegurar a continuidade de projetos e contratos que se estendam para além de um ano económico. Esta autorização é especialmente relevante para projetos de investimento, contratos de locação e acordos de cooperação técnica e financeira, conforme estipulado pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. -----

Além disso, Ricardo Pinto sublinhou que a autorização não se aplicará a compromissos que não cumpram os regimes jurídicos financeiro e de contratação pública, assegurando que todas as despesas estarão devidamente enquadradas nas normas legais vigentes. Em cada sessão ordinária, será apresentada à Assembleia de Freguesia uma lista detalhada com os novos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização, caso ocorram. -----

Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação tendo o mesmo aprovado com 7 votos a favor (4 PSD, 2 CDU e 1 PS) e 1 abstenção (CDU). De referir que no momento da votação, o membro André Rodrigues (PSD) estava ausente da sala, pelo que o seu voto não foi considerado nesta votação. -----



cf

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

----- 3.6. Análise e deliberação do Programa de Apoio às Instituições da Freguesia de Armção de Pera (PAIFAP) para 2023: O Presidente da Junta apresentou o Programa de Apoio às Instituições da Freguesia de Armção de Pêra (PAIFAP) para o ano de 2023. Este programa tem como principal objetivo apoiar as instituições locais que desenvolvem atividades de interesse público nas áreas social, cultural, educativa, desportiva, juvenil e recreativa. O Presidente da Junta destacou a importância deste apoio, uma vez que as instituições desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade e na promoção de iniciativas que beneficiam diretamente a população. Disse ainda que, o programa prevê uma série de medidas de apoio às instituições, com critérios bem definidos para a distribuição dos recursos. -----  
O Presidente da Junta sublinhou ainda que as instituições que participam em eventos relevantes para a freguesia, como o Carnaval Trapalhão, também irão beneficiar de um apoio adicional. -----  
Ricardo Pinto, terminou a sua intervenção afirmando que o orçamento total do PAIFAP para 2023 é de 15 mil euros, valor destinado a apoiar as instituições no desenvolvimento das suas atividades e na melhoria das suas condições de funcionamento. -----  
Após a apresentação deste ponto pelo Presidente da Junta, não houve intervenções adicionais por parte dos membros da Assembleia. O ponto foi então colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

----- 3.7. Ratificação da Proposta de adesão ao Protocolo de Colaboração celebrado entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental: O ponto foi apresentado pelo Presidente da Junta, Ricardo Pinto, explicando a importância da adesão ao Protocolo de Colaboração celebrado entre a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e o Fundo Ambiental, com o objetivo de apoiar os consumidores domésticos beneficiários da tarifa social de energia elétrica ou de prestações sociais mínimas na aquisição de gás de petróleo liquefeito (GPL). -----  
Disse que este apoio, visa mitigar os efeitos da crise energética causada pela instabilidade internacional, nomeadamente o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que resultou num aumento dos preços da energia. O protocolo assinado entre a ANAFRE e o Fundo Ambiental permite que as Juntas de Freguesia atuem como intermediárias, garantindo que os seus munícipes, especialmente os mais vulneráveis, possam aceder a um subsídio de 10 euros por garrafa de GPL, durante o período de setembro a dezembro de 2022. -----  
Ricardo Pinto sublinhou que esta adesão é fundamental para que os residentes de Armção de Pêra não sejam prejudicados e possam usufruir deste apoio. A Junta de Freguesia prestará o apoio administrativo necessário para instruir as candidaturas, utilizando uma plataforma informática disponibilizada pela ANAFRE e o Fundo Ambiental. -----  
Não havendo mais intervenções, foi este ponto colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----



---

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PÊRA

---

**3.8. Questões a colocar pelos membros da Assembleia de Freguesia ao executivo da Junta de Freguesia:**

Inscreveram-se os membros Ramiro Feliz (PS), André Rodrigues (PSD) e Alice Santos e Sónia Oliveira (CDU) para colocar questões ao executivo da Junta de Freguesia. -----

O membro Ramiro Feliz (PS) questionou o executivo sobre a situação da pré-primária, solicitando mais informações sobre a atribuição do silo. Além disso, levantou a questão sobre a oferta cultural da freguesia, sugerindo que poderia haver mais diversificação nos eventos. O membro André Rodrigues (PSD) questionou sobre a situação fiscal da Junta de Freguesia, bem como os danos causados pelas cheias na zona baixa de Armção de Pêra, procurando saber quais os motivos que levaram a esses danos. Além disso, questionou o executivo sobre o estado do projeto de requalificação do mercado municipal. A membro Alice Santos (CDU) questionou sobre a venda ou ocupação de bancadas de venda de peixe no mercado municipal por uma empresa privada, sem a realização de um concurso público. Por fim, a membro Sónia (CDU) questionou o estado atual do processo de pagamento do IVA. -----

Para responder, o Presidente da Junta, Ricardo Pinto, começou por abordar a questão do jardim de infância, esclarecendo que até ao momento não há novas informações sobre as refeições e o local onde estas estão a ser servidas. No que diz respeito à questão do silo de estacionamento, o Presidente informou que já manifestou junto da Câmara Municipal de Silves (CMS) a disponibilidade da Junta de Freguesia para ser parte da solução, mas que o executivo municipal não lhe comunicou, até à data, nenhuma intenção de alterar o seu modelo de funcionamento. -----

Quanto à questão relativa à oferta cultural da freguesia, Ricardo Pinto destacou que a agenda cultural de inverno já está em desenvolvimento e que a Junta de Freguesia está empenhada em diversificar a oferta, respondendo às expectativas da população e promovendo eventos que sejam atrativos tanto para residentes como para visitantes, respeitando sempre os limites orçamentais e logísticos, referindo ainda que não haverá, seguramente muitas juntas de freguesia com esta dimensão que tenham uma oferta tão expressiva como aquela que habitualmente é promovida em Armção de Pêra. -----

Quanto ao processo de pagamento do IVA, Ricardo Pinto esclareceu que até 30 de novembro já foram pagos cerca de 120 mil euros, e que o objetivo da Junta é liquidar o restante valor, no máximo, até ao final de 2023, demonstrando um esforço constante por parte do executivo para regularizar todas as suas obrigações fiscais. No que se refere às cheias que afetaram a zona baixa de Armção de Pêra, o Presidente explicou que, de acordo com as informações apuradas junto da Câmara Municipal de Silves, o problema esteve relacionado com uma comporta de escoamento que permaneceu fechada, o que impediu o escoamento da água durante as fortes chuvas. Esta falha foi atribuída ao empreiteiro responsável pela obra na área afetada. Ricardo Pinto



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARMAÇÃO DE PERA

---

afirmou que o executivo da Junta de Freguesia está em contacto com a Câmara Municipal e os responsáveis pela obra para garantir que estas falhas não se repitam no futuro. -----

Em relação à requalificação do Mercado Municipal de Armção de Pêra, o Presidente informou que o executivo municipal, acompanhado de alguns técnicos e 2 arquitetos de uma empresa a quem terá sido contratada a elaboração do projeto de requalificação destas instalações municipais, visitou recentemente o edifício, tendo marcado presença o executivo da Junta de Freguesia, para que sejam recolhidos os elementos necessário à elaboração do referido projeto. A este respeito disse ainda que teremos de continuar a aguardar para que o nosso mercado seja alvo de uma obra de requalificação, à semelhança do que já aconteceu em Silves e São Bartolomeu de Messines. -----

Por fim, e respondendo à questão sobre a ocupação das bancadas de venda de peixe no mercado, Ricardo Pinto garantiu que nenhum espaço público foi vendido ou atribuído a ninguém sem respeitar a legislação aplicável e as normas regulamentares previstas, pelo que não se revê nem pode concordar com os termos em que esta questão foi colocada. Disse ainda que, a alteração de titularidade que se verificou em algumas bancadas ocorreu na sequência de uma sociedade que detinha algumas dessas bancadas ter sido adquirida por outras pessoas, que mantiveram a exploração das mesmas bancadas na esfera de atuação da mesma empresa. -----

Após estas respostas e esclarecimentos, e não havendo mais questões a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia encerrou a sessão, quando eram duas horas e cinco minutos, do dia seguinte, desejando a todos uma boa noite e mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata, e depois de lida e aprovada fosse assinada por mim, que a secretariei, e pelo próprio. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia  
(em exercício)

Alexandre José Raimundo Carvalheiro

A Primeira Secretária

Cristina Isabel Correia Franco da Silva Perafitas